

RESENHAS

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 455 p.

Dhiego de M. Mapa

O livro *Desafios brasileiros na era dos gigantes* é uma obra ensaística que apresenta um projeto de Brasil para o século XXI. Escrito pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, enquanto ocupante do cargo de secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil durante o primeiro mandato do governo Lula, este trabalho, de linguagem clara e direta – mas de análise abrangente e não simplista – é propositivo e voltado para a discussão dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais do Brasil contemporâneo.

A idéia central de Guimarães é que o Brasil possui todas as condições (geográficas, territoriais, demográficas, de riqueza do solo) para se tornar uma potência mundial, um país plenamente desenvolvido, mas que, para tanto, necessita superar quatro grandes desafios: a redução das disparidades sociais, a superação das vulnerabilidades externas, a concretização do potencial brasileiro e o fortalecimento da democracia. Esses desafios surgem em meio a um cenário internacional em transformação, no qual o desafio é a construção de um mundo multipolar (a *era dos gigantes*) que seria mais favorável ao Brasil. Sua perspectiva é, ao mesmo tempo, recheada de esperança e niilismo: ou o Brasil supera seus grandes desafios ou seu destino é a miséria, o subdesenvolvimento e o caos.

A argumentação de Guimarães é longa e, por vezes, repetitiva. Logo no início da obra (capítulo 1), Guimarães (2005, p. 33) procura identificar aquilo que denomina de “macroestrutura hegemônica de poder”, que seria a classe hegemônica da sociedade brasileira que detém o controle sobre as instâncias de poder – trata-se, nitidamente, da percepção gramsciana, segundo a qual a hegemonia é exercida pela fusão entre Estado e sociedade civil, através de mecanismos institucionais e mentais de controle social e difusão ideológica.

A partir de origens históricas (o *parasitismo colonial* português que se perpetuou no Império e, depois, na República), “a

macroestrutura hegemônica de poder” é formada “pelo complexo arcabouço da legislação e da alta burocracia do Estado e dos múltiplos vínculos entre grandes proprietários rurais, industriais e financeiros, partidos conservadores, associações civis de classe e organizações religiosas conservadoras” (p. 42).

O grupo que monopoliza a macroestrutura perpetua a concentração de poder político e econômico a partir da difusão de quatro ideologias fundamentais: “superioridade civilizacional, de raça, de mérito e a promessa do Céu” (p. 41). A partir desse arcabouço ideológico – difundido pelos meios de comunicação de massa e pelo sistema educacional, e consolidado pelo código legislativo – o grupo que detém o controle da macroestrutura (as *elites*), apresenta propostas para *desenvolver o país*, a partir de duas visões estratégicas: uma econômica (podendo ser liberal ou desenvolvimentista) e outra, política (sendo liberal, reformista, militar ou diplomática).

Esse é o núcleo da macroestrutura, que se caracteriza pela alternância no poder e confrontação de visões e estratégias de desenvolvimento nacional. Contudo, Guimarães pontua que em 2003, a eleição de Lula da Silva seria uma “novidade histórica”, já que “um grupo político com origem na periferia e na camada intermediária do sistema social assumiu o controle de parte importante do centro legal-estatal da macroestrutura hegemônica de poder” (p. 70).

A partir dessa percepção, o autor procura apontar os entraves ao desenvolvimento nacional, apresentando planos de ação a fim de superar essas questões. No que diz respeito ao desemprego estrutural (capítulo 2), a falha se encontra na adoção de políticas neoliberais de desestímulo à ação estatal na economia. Tais políticas, oriundas de países desenvolvidos, se aplicam aquelas sociedades (que apresentam baixa densidade demográfica e mão-de-obra altamente qualificada), mas são desastrosas quando aplicadas a países em desenvolvimento (caso brasileiro) por apresentar quadro sócio-econômico diferente. Dentre as quatro esferas de trabalho (formal, serviço público, comércio informal e atividades ilegais), a proposta neoliberal, ao atacar o segundo setor (público), acaba levando ao inchamento do terceiro e do quarto

RESENHAS

setor, devido à baixa especialidade da mão-de-obra. Para Guimarães, é necessário adotar medidas de estímulo ao emprego e de uso dos fatores de produção.

A ação do Estado deve se dar, de um lado, através de medidas que visem a desconcentração de poder em defesa dos direitos humanos e, por outro, pela elaboração de políticas tecnológicas que desenvolvam os fatores de produção. A questão da desconcentração do poder econômico e político (capítulo 3) se dá pela constatação de que essa desigualdade de poder é "consagrada pela legislação e pelo imaginário da população", motivo pelo qual, não basta a "defesa dos direitos humanos que priorizam a educação, a mudança das mentalidades e a defesa de vítimas individuais", mas deve haver políticas públicas que se dêem por meio da "elaboração, execução e sanção de normas jurídicas e de alocação de recursos" (p. 112), a fim de defender os direitos humanos dos grupos oprimidos (negros, homossexuais, mulheres, crianças e pobres), que, por ideologia conservadora, religiosa e preconceituosa tem privilegiado um estereótipo de civilidade (homem, branco, cristão e detentor de capital). É preciso, para Guimarães, que se mude a legislação e a estrutura do Estado.

Nesse movimento, é necessária a adoção de uma política cultural (capítulo 7) que promova a difusão da cultura nacional (principalmente a valorização da cultura popular), de forma a defender a pluralidade cultural, a tolerância e valorização da nacionalidade, a fim de combater a hegemonia cultural externa (norte-americana, principalmente) que atua através dos meios de comunicação e pela indústria audiovisual, que perpetua a "consciência colonizada" (p. 225), que se vê inferior e cooptada. Devido à importância da cultura na construção do imaginário e na projeção mundial da imagem do país, a política cultural (entendendo a cultura como um produto a ser consumido, para que se alcance o todo social) deve regulamentar os oligopólios do mercado da cultura, orientando-os para a produção nacional (agregada de valores próprios), dando atenção ao papel social da televisão e da escola, principalmente.

No que diz respeito à adoção de políticas tecnológicas pelo Estado (capítulos 4 e 5), o autor defende que esse ponto se articula diretamente com a questão do emprego, que é central para o desenvolvimento econômico (já que alarga o mercado interno, incentivando a produção). Essa é a pauta em que Guimarães efetua as críticas mais contundentes ao neoliberalismo que, ao realizar a abertura dos mercados e reduzir o raio de ação do Estado, devido à concepção de vantagens comparativas, acabou aprofundando as vulnerabilidades econômicas externas do Brasil.

O fato é que, o setor de maior geração de capitais (matéria-prima do desenvolvimento), é o tecnológico (haja vista que as patentes geram vantagens de competição no mercado pelo monopólio de uma inovação tecnológica, com enormes ganhos econômicos). Assim sendo, a desregulamentação e abertura apenas alargam a fragilidade competitiva da indústria nacional, já que não ocorre (de fato) transferência tecnológica que gera competitividade real. É necessário, assim, uma política tecnológica (investimento em pesquisa, incentivo a cursos de graduação e pós-graduação em cursos tecnológicos, bolsas e premiações) que evitem a *fuga de cérebros* e criem avanços tecnológicos.

Os equívocos das políticas econômicas neoliberais da década de 1990 devem ser superados pela percepção de que: 1) “a criação e difusão de tecnologia não são processos naturais” (GUIMARÃES, 2005, p. 135), mas devem ocorrer a partir de políticas públicas de incentivo e regulamentação do processo, de forma a atender as demandas e especificidades nacionais, ao invés de atender aos interesses das grandes corporações multinacionais (como geralmente ocorre ao se defender as *livres forças do mercado*); 2) deve ser formulada uma política de “produção” de tecnologia e não de “importação” da mesma (GUIMARÃES, 2005, p. 138).

Além das vulnerabilidades econômicas externas, há que se considerar também as vulnerabilidades de segurança decorrentes das questões territoriais (capítulo 6), cuja grande preocupação brasileira se dá em sua relação com os vizinhos da região amazônica devido, de um

RESENHAS

lado, às enormes riquezas naturais da região, cuja temática da preservação e desmatamento geram o debate acerca da internacionalização da Amazônia. Por outro lado, a instabilidade política, econômica e social das nações fronteiriças são fatores que, aliados à questão do narcotráfico, deram subsídios ao *Plano Colômbia*, no qual os Estados Unidos da América (EUA) estabeleceram bases militares no Equador e infiltraram agentes com o objetivo de combater o crime organizado, mas cujo perigo às soberanias nacionais da região amazônica é patente.

Conforme demonstra Guimarães (capítulo 9), o combate ao narcotráfico se insere nas *novas ameaças* (terrorismo internacional, fundamentalismo, narcotráfico) que tomaram o lugar do comunismo no discurso ideológico doméstico norteamericano de justificativa (perante o senado) dos vultosos investimentos públicos na indústria bélica (a fim de manter o *status* de defensores do *mundo livre* e da *democracia*). O perigo se avoluma com o nítido interesse internacional em ter acesso às riquezas do solo amazônico, o que torna essencial o reforço das Forças Armadas nacionais, recolocando-as em seu devido lugar, que é a defesa da soberania nacional e do território, o que é possível através do investimento em tecnologia de armamento, reaparelhamento bélico e valorização do papel das Forças Armadas.

Todos esses fatores são agravados por um elemento externo: o sistema internacional que, desde o colapso do socialismo real, passa por um processo de transformação profunda (capítulo 8). Esse cenário de mudança, a princípio apontava para a unipolaridade com hegemonia dos EUA. Contudo, a tendência apresentada no início do século XXI é de afirmação de um sistema multipolar, com algumas potências (Japão, União Européia, China, Rússia) e uma hiperpotência (EUA) no centro do sistema, e as demais nações na periferia, em condição de vulnerabilidade.

A percepção de Guimarães é de que o sistema internacional aponta para a formulação de pólos de poder centrados na Europa (sob o eixo França-Alemanha), na Ásia (eixo Japão-China) e na América. Para a América, Guimarães procura defender a idéia de articulação entre Brasil

e Argentina a fim de conformar a região sulamericana como pólo de poder no sistema multipolar em ascensão, fugindo da hegemonia norteamericana, dado pelo discurso da defesa hemisférica (capítulos 10 e 11). Para isso, urge a necessidade de superar divergências históricas, estereótipos e desconfianças entre os dois países, já que a aliança entre ambos é fundamental para a projeção da região sulamericana no cenário internacional.

Ao definir que nos EUA “o povo é democrático, mas sua elite é imperial” (p. 363), Guimarães procura demonstrar que o maior perigo para a concretização da integração sulamericana é a influência norteamericana no continente. Nesse sentido, o fortalecimento e reformulação do Mercosul, enquanto projeto político além de econômico, é a prioridade máxima da política externa brasileira (capítulo 12).

A importância do Mercosul se dá pelo fato de ser o instrumento de integração que funciona como espaço de inserção multilateral, capaz de agregar os países sulamericanos no projeto de transformação da América do Sul em pólo de poder no cenário multipolar que se desenha no sistema internacional (ao invés de aceitar o projeto da Área de Livre Comércio das Américas - Alca, que tornaria a região uma extensão da economia norteamericana, perdendo, assim, autonomia). O outro lado da moeda seria a busca de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de que o Brasil obtenha acento permanente, através do qual defenderia os interesses sulamericanos, conformando a posição brasileira de potência no cenário internacional.

Ao cabo, o autor levanta alguns dados sobre a ação do governo Lula no sentido de alcançar os objetivos esboçados ao longo do livro, como, por exemplo, os programas sociais, o aumento da pauta de exportações, a redução do desmatamento da Amazônia, o aumento da produção de setores industriais (automóveis, aviões, telefonia celular), a internacionalização de empresas brasileiras e, além dessas questões domésticas, o protagonismo internacional brasileiro, dado pela aproximação estratégica a países africanos e árabes (a partir do discurso de fortalecimento do diálogo Sul-Sul), a atuação multilateral brasileira, com destaque para a Organização Mundial do Comércio

RESENHAS

(OMC) e a criação do G20 e do IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul), conforme Guimarães procura listar no posfácio da obra.

O livro de Guimarães, portanto, apesar de se tratar de uma obra imbuída da defesa de um plano de ação estatal em andamento, serve, por isso mesmo, para compreender o projeto de Brasil Potência que subjaz no governo Lula, cujas linhas gerais se mantiveram ao longo de seus oito anos de governo.

Dhiego de M. Mapa é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ e bolsista da CAPES.
E-mail: dhiegomapa@gmail.com

Texto recebido em 01/10/2010.
Aprovado em 22/10/2010.